

A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO PARA O MERCOSUL: ATAQUES AO MULTILATERALISMO?

BOLSONARO'S GOVERNMENT FOREIGN POLICY TOWARDS MERCOSUR: ATTACKS ON MULTILATERALISM?

Valter Dorea¹

¹Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil.
E-mail: contatovalterdorea@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1028-8020>.

Recebido em: 04/04/2025 | Aceito em: 13/05/2025.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0



RESUMO

Objetiva entender como o Mercosul foi tido pelo governo de Jair Bolsonaro quanto à sua função e relevância para a política externa brasileira, analisando a postura do governo em relação ao bloco e como se deu a participação oficial do Brasil no âmbito do Mercosul durante o período. O artigo pretende contribuir com o campo de Análise de Política Externa no Brasil. Trabalha-se com a hipótese de que: i. o Brasil apresentou tendências de afastamento para com o Mercosul e ii. demonstrou interesse em reduzir o bloco a um mecanismo de livre comércio. Para a análise, foram utilizados documentos oficiais do Conselho do Mercado Comum e Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, assim como documentos oficiais da República Federativa do Brasil, Ministério das Relações Exteriores do Brasil, discursos e entrevistas de Bolsonaro e seus chanceleres, Ernesto Araújo e Carlos França, dando ênfase aos termos ‘Integração Regional’, ‘Mercosul’ e ‘América do Sul’.

Palavras-chave: Mercosul; Bolsonaro; Integração Regional.

ABSTRACT

Aims to understand how Mercosur was perceived by Jair Bolsonaro's government when it comes to its function and relevance to Brazilian foreign policy, analyzing the administration's stance toward the bloc and how was Brazil's official participation within Mercosur during that period. The article aims to contribute to the field of Foreign Policy Analysis in Brazil. It works with the hypothesis that i. Brazil exhibited tendencies of distancing itself from Mercosur and ii. showed interest in reducing the bloc to a mere free trade mechanism. For the analysis, official documents from the Common Market Council and the Mercosur Summit of Heads of State were used, as well as official documents from the Federative Republic of Brazil, the Ministry of Foreign Affairs, speeches and interviews by Bolsonaro and his foreign ministers, Ernesto Araújo and Carlos França, with emphasis on the terms "Regional Integration," "Mercosur," and "South America".

Keywords: Mercosur; Bolsonaro; Regional Integration.



INTRODUÇÃO

A integração regional costuma ser um fator central na política externa do Brasil por conta da posição do país enquanto ator relevante para a região e, especialmente ao fim do século XX, para o aprofundamento da cooperação regional e a integração entre os países sul-americanos através da ampliação de mecanismos de integração regional, como o Mercosul (Cervo, 2001). Este trabalho, ao analisar a política externa do Brasil direcionada a uma instituição internacional, parte de pressupostos colocados por Keohane e Nye (1977) sobre a interdependência complexa, sob a qual os Estados e suas relações internacionais ocorrem em múltiplos níveis, considerando que instituições internacionais podem ser espaços formais relevantes para que um Estado exerça sua influência e poder sobre os demais para atingir determinados objetivos.

Tratando de Análise de Política Externa, campo no qual se insere esta pesquisa, tem-se que, apesar do foco nos processos políticos do Estado-nação, o governo interage com outros atores dentro e fora do Estado quando conduzindo a política externa (Salómon, Pinheiro, 2013), algo que também é considerado neste artigo em alguns momentos para fornecer contribuições mais abrangentes sobre o caráter da política externa do governo Jair Bolsonaro quanto ao Mercosul e quais grupos de interesse tensionaram o período Bolsonaro nesse sentido.

Dada a importância estratégica do Mercosul para as relações internacionais brasileiras, considera-se que o Brasil tende a assumir uma posição de liderança e impulsiona os diferentes momentos da integração regional através do Mercosul, tanto em sua fase inicial de regionalismo aberto com predominância de viés comercial, quanto no 'Novo Mercosul' que foi reformulado no começo do século XXI a partir do primeiro governo Lula, com mais participação social e um modelo de integração mais amplo e participativo (Giaccaglia, Vadell, 2020). Note-se que, apesar de uma quantidade considerável da literatura ter o início do Mercosul como um projeto de livre comércio, alguns autores, como Fuccille, Luciano e Bressan (2021), apontam que mesmo nos anos 90 ocorreu uma integração que atingiu além de ideais comerciais sob o Mercosul, sendo inclusive reflexo dos processos de redemocratização na América Latina.

Este artigo analisa a política externa brasileira, sob o governo Bolsonaro, para o Mercosul, visando contribuir, especificamente, para as discussões acerca da política externa brasileira e, de forma geral, para o campo da integração regional no continente sul-americano. São analisados



documentos oficiais da República Federativa do Brasil, Ministério das Relações Exteriores do Brasil, assim como entrevistas e discursos do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro e seus chanceleres Ernesto Araújo e Carlos França, dando ênfase aos termos ‘integração regional’, ‘Mercosul’ e ‘América do Sul’, verificando de que forma foram abordados. Além disso, documentos do Mercosul, com ênfase para reuniões do Conselho do Mercado Comum e Cúpulas de Chefes de Estado do Mercosul, são analisados com o intuito de contribuir para a análise da postura oficial do Brasil nestas instâncias do bloco.

Investigam-se as hipóteses de que: i. a política externa do governo Bolsonaro para o Mercosul apresentou uma posição de distanciamento em relação ao bloco e ii. buscou diminuir a importância do Mercosul para a inserção internacional brasileira, tentando reduzi-lo a um mecanismo de livre comércio. De uma maneira geral, este artigo pretende responder ao seguinte questionamento de pesquisa: “Como se deu a política externa do governo Bolsonaro para o Mercosul?”.

A estrutura do artigo está dividida em uma primeira seção sobre a relevância do Mercosul para a inserção internacional do Brasil antes do período trabalhado, seguida por uma seção sobre o que se pretendia do Mercosul por parte do governo Bolsonaro e uma terceira parte com o que realmente foi possível para a política externa de Bolsonaro no âmbito oficial do bloco.

MERCOSUL E A INSERÇÃO INTERNACIONAL PARA O BRASIL

O Mercosul, desde o seu início, em 1991 a partir do Tratado de Assunção, figura como um importante mecanismo de integração regional entre os países-membros, sendo especialmente relevante para o Brasil que, ao lado da Argentina, tomou a liderança desse processo de integração (Cervo, 2001). Tendo seu início em uma lógica *top-down*, com pouca participação popular e sendo uma iniciativa intergovernamental priorizando o comércio e a ampliação de mercados (Cason, Burrell, 2002), o Mercosul eventualmente passou por mudanças consideráveis, principalmente no que diz respeito aos seus objetivos, transitando de uma lógica comercial para uma integração política mais ampla entre os países-membros. A partir da perspectiva brasileira e na percepção de qual seria a utilidade real do Mercosul para a inserção internacional do país, essas variações no bloco foram bastante influenciadas pelas tendências integracionistas do cenário internacional,



assim como o capital político que os presidentes do Brasil colocaram no Mercosul (Cason, Power, 2009).

Nesse sentido, o cenário internacional no qual surge o Mercosul é o da prevalência do regionalismo aberto, com um viés comercial predominante e visando uma inserção global a partir do acesso a mercados (Briceño-Ruiz, 2021). Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, quando presidentes do Brasil, tinham no Mercosul uma plataforma para impulsionar as reformas liberais que estavam sendo promovidas no período, dando ênfase à redução de tarifas e propondo um viés comercialista de integração. Ainda, é importante considerar que os anos iniciais do Mercosul foram fortemente influenciados pelas normativas do Consenso de Washington (Ferrer, 1997 apud Briceño-Ruiz, 2021).

O auge da crise do Mercosul, em 1999, evidenciou a necessidade de mudanças estruturais no bloco para promover melhores mecanismos de solução de conflitos, resolução das assimetrias entre os países e um aprofundamento na dimensão política da integração regional, especialmente na área de política externa (Onuki, 1999). Amado Cervo (2001) aponta que, ao fim do governo FHC, a população brasileira demonstrava adesão a um projeto de centro-esquerda para o governo federal, seguindo a tendência de outros países sul-americanos e levando em conta a insuficiência do Estado brasileiro em promover uma inserção internacional que trouxesse benefícios reais ao país.

(Cervo, 2001, p. 298) afirma que esse período de transição de poder evidenciou problemas da política externa sul-americana para integração regional, que eram também comuns ao Brasil, dentre eles: endividamento para sustentar uma estabilidade monetária baseada na captação pelo Estado de capitais especulativos; venda de empresas públicas para honrar compromissos financeiros crescentes; queda da atividade produtiva interna em razão da queda tarifária; abandono da integração produtiva em favor da integração meramente comercialista; conflitos comerciais entre membros dos blocos econômicos Mercosul e Pacto Andino; desmonte dos sistemas nacionais de segurança.

Cason e Power (2009) apontam que a política externa foi, ao longo dos dois primeiros mandatos de Lula, um campo no qual o progressismo e as pautas de campanha puderam ser sustentados com maior ênfase, abrindo margem para uma reformulação do Mercosul a partir do



fortalecimento de suas dimensões sociais, culturais e políticas. Com a eleição de outros representantes de centro-esquerda no momento que ficou conhecido como ‘Onda Rosa’ sul-americana, especialmente considerando a eleição de Nestor Kirchner na Argentina, em 2003, uma nova fase da organização é concebida com a proposta de reduzir o viés puramente comercial que deu origem ao bloco, ampliando então as dimensões sociais, produtivas e políticas, reafirmadas como prioridade para a política externa brasileira no Consenso de Buenos Aires, assinado por Lula e Kirchner. Apesar do documento não ser uma normativa oficial do bloco e sim uma declaração de Brasil e Argentina, foi bem aceito pelos demais países-membros (Briceño-Ruiz, 2021) por sua postura de reforma e críticas ao viés comercialista que predominava no bloco. Neste documento, os presidentes declararam o seguinte:

Confirmamos nossa profunda convicção de que o Mercosul não é apenas um bloco comercial, mas um catalisador de valores, tradições e futuro compartilhados. Dessa forma, nossos governos estão trabalhando para fortalecê-lo por meio da melhora de suas instituições nos aspectos comerciais e políticos e da incorporação de novos países. (Folha de São Paulo, 2003)

Assim, o período do ‘Novo Mercosul’, com aprofundamento da integração em diferentes vertentes e uma forte crítica ao neoliberalismo e às assimetrias entre o Norte e o Sul global, era iniciado. O que define este período, também conhecido como pós-hegemônico, do Mercosul a partir das eleições de candidaturas de centro-esquerda na América Latina é, principalmente, uma alteração na dimensão econômica que propunha políticas regionais alternativas ao regionalismo aberto (Briceño-Ruiz, 2021), especialmente tratando de uma transformação produtiva que pudesse desenvolver a agricultura solidária e familiar, entre outras formas de impulsionar temas sociais no Mercosul.

Dentre os avanços do Mercosul participativo e socialmente impactante, como ficou conhecido, na primeira década do século XXI estiveram, por exemplo, as propostas de redução de assimetrias internas entre os membros do bloco, normas sobre mobilidade de pessoas, convergência em políticas de direitos humanos e, em destaque, o incentivo à participação de civis na formação de políticas públicas (Briceño-Ruiz, 2021). Nesse contexto, foram promovidos espaços para discussão de políticas públicas com participação de movimentos sociais nas Cúpulas Sociais



do Mercosul, da formação do Instituto Social do Mercosul, cuja função é a de realizar estudos e projetos técnicos sobre políticas sociais para a região (Martins, 2014).

O Mercosul, enquanto projeto de integração amplo, trouxe mudanças positivas para os países-membros em áreas como educação e saúde. Por conta desse novo caráter do bloco, o Brasil passou a adotar o ensino de espanhol nas escolas e criou a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) visando alcançar estudantes e professores de outros países da região, promovendo maior integração no âmbito do ensino superior (Martins, 2014). Ainda, o Mercosul impulsionou a participação conjunta dos países-membros na promoção da segurança alimentar, gestão de saúde pública e redução da mortalidade materna a partir de normativas aprovadas pelo Conselho do Mercosul, por exemplo (Martins, 2014).

Esse período foi, em termos de política externa, marcado por uma participação muito mais ativa dos presidentes², principalmente do presidente Lula, do Brasil, nas discussões e projetos do Mercosul e uma velocidade maior nas mudanças do bloco (Cason, Power, 2009). Nota-se, além disso, que ambos os períodos trabalhados até aqui denotam a importância estratégica que o Mercosul possui para o Brasil quando se trata da projeção regional. Pode-se entender que o Mercosul, tanto no período liberal quanto no pós-hegemônico, foi visto pelo Brasil como uma forma de ascender internacionalmente e liderar um projeto sul-americano, constituindo uma plataforma importante para a política externa brasileira, além de ser essencial para diversificar parcerias e ampliar relações diplomáticas (Giaccaglia, Vadell, 2020; Vigevani, Cepaluni, 2007).

Dilma Rousseff, a partir de 2010, seguiu o seu predecessor quanto ao local do Brasil no contexto político internacional, enquanto um país do Sul global, e alinhou tal perspectiva com o fortalecimento do Mercosul. Ainda assim, o governo Dilma não apresentou uma política externa tão presidencialista como havia feito Lula (De Jesus, 2014). De toda forma, nesse contexto, o Mercosul seguia como um instrumento importante para a expansão comercial brasileira e para a indústria do país, sendo de grande relevância para a política externa do Brasil, apesar das críticas que surgiam ao bloco e sua suposta paralisação (De Jesus, 2014).

² Malamud (2003, 2012) aborda a importância dos presidentes, especialmente de Brasil e Argentina, para a consolidação e fortalecimento da integração regional sul-americana e do próprio Mercosul.



Apesar da manutenção da importância estratégica do Mercosul para o Brasil, o período Dilma já demonstrava uma redução na continuidade da política externa em relação ao bloco, seja por conta de uma menor efetividade da diplomacia presidencial em comparação ao governo Lula ou pelas crises internas enfrentadas por Dilma Rousseff, que limitaram o seu diálogo com setores domésticos que, outrora, facilitaram a ascensão internacional do Brasil (Cervo, Lessa, 2014).

Durante o curto período Temer, a política externa brasileira foi marcada por uma perspectiva muito mais voltada a uma liberalização econômica, com a busca por uma presença internacional sob princípios de abertura comercial (Granato, Uberti, 2024). Nesse sentido, o Mercosul aparecia como um meio para a liberalização comercial e eliminação de barreiras, com destaque para uma visão de Mercosul que pudesse fazer um retorno ao seu propósito original como uma área de livre comércio (Granato, Uberti, 2024).

Em mensagem do então presidente Michel Temer ao congresso nacional, em 2017, o Mercosul é citado vinte e quatro vezes e possui uma subseção específica dentro da seção que trata da integração regional, sendo colocado como parte do “processo de integração econômica” (Brasil, 2017, p. 174). Na mesma sessão, o documento cita a identificação de barreiras, no âmbito do Mercosul, que dificultam o comércio, podendo-se apontar que, já neste momento, havia uma mudança de interesses para dar mais foco no eixo econômico-comercial (Brasil, 2017, p. 174).

Durante o governo Temer, portanto, é possível verificar que o Mercosul veio a ser tratado como um bloco que deveria retornar às suas origens (a iniciativa liberal da década de 90) e que a política externa de Temer pretendia inserir o Brasil internacionalmente a partir deste viés, reduzindo a importância social e política da integração sul-americana que imperou nos governos anteriores (Junqueira, Neves, Souza, 2020). Esse período marcou, enfim, o retorno de um discurso liberal acerca da integração regional para o Brasil, tendo o Mercosul como um bloco que havia perdido o foco comercial de outrora e precisava ser reformulado segundo os ‘novos’ princípios da inserção internacional brasileira idealizada por Temer.o.

APROXIMAÇÃO BOLSONARISTA AO MERCOSUL

Frenkel e Azzi (2020, p. 125), ao abordar a política externa de Bolsonaro para a América do Sul, apontam para um processo de continuidade após o governo Temer, que por sua vez já



anunciava uma “desideologização” da política exterior, propondo um regionalismo que se alinhasse com medidas de abertura econômica e estreitamento dos laços com os Estados Unidos da América. O governo de Bolsonaro radicalizou esse posicionamento de política externa brasileira para a América do Sul, retirando o país da União Sul-Americana de Nações (Unasul), abandonando a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e, em alguns momentos, demonstrando interesse em sair do Mercosul.

As críticas do governo Bolsonaro à ‘ideologia’, seguindo a lógica apresentada aqui, fazem referência ao período do regionalismo pós-hegemônico, comandado por políticos à esquerda na região e com forte presença de relações do Brasil com demais países da América do Sul (Junqueira, Neves, Souza, 2020, p. 100)

Este tema da “desideologização”, desde o início do governo Bolsonaro, parecia afetar algumas decisões em relação à região, mas também de forma geral em relação às relações internacionais, e seguiu sendo relevante para o ex-presidente em outras participações oficiais. Em uma oportunidade na Argentina, a convite de Macri ainda em 2019, Bolsonaro afirmou que havia algo “muito mais importante a combater. É a questão ideológica, isso não pode voltar para nenhum país aqui da América do Sul” (Brasil, 2019).

Essas similaridades ideológicas, aprofundadas por Bolsonaro, indicam uma concepção antirregional que entende os processos de integração com a região, como o Mercosul, enquanto obstáculos para o alinhamento com os Estados Unidos e a participação unilateral no comércio internacional (Vadell, Giaccaglia, 2020, p. 1069-1071).

Menções a “desideologização” podem ser observados, por exemplo, na proposta de plano de governo do PSL (partido de Bolsonaro em 2018), documento com direcionamentos gerais acerca do que o então candidato e seu partido pretendiam para o Brasil em diferentes setores, incluindo liberalização da economia e reestruturação do Ministério das Relações Exteriores. A ideia de inserção internacional bolsonarista, neste plano de governo, foi apresentada com um discurso forte e enviesado que colocava países vizinhos, como a Venezuela, como ditaduras assassinas e/ou atrasados por suas “ideologias”, e fomentava uma maior abertura às ditas democracias, como os EUA (TSE, 2018).



Não se pode esquecer que o apoio de setores conservadores, com ênfase para os evangélicos, na ascensão política de Bolsonaro delimitou bastante os princípios que foram seguidos pelo ex-presidente. Tais setores se viam representados, institucionalmente, por grupos políticos organizados, como a Frente Parlamentar Evangélica no Congresso. No documento ‘O Manifesto à Nação’, de 2018, redigido por esta Frente Parlamentar, algumas proposições ideológicas foram colocadas acerca da política internacional, em alguns pontos tratando especificamente do Mercosul. Selecionando, no documento citado, menções ao bloco e à integração, é possível entender melhor o que pretendia o grupo político em relação ao Mercosul.

Aqui, o termo ‘integração regional’ não é mencionado, mas a palavra ‘Mercosul’ aparece seis vezes nas propostas para a equipe de transição de Bolsonaro. Dentre as menções feitas ao bloco, propõe-se a redução da tarifa externa comum, eliminação das tarifas ao comércio nas transações entre Mercosul e Aliança do Pacífico e revogação da definição de que os Estados-membros do Mercosul só podem negociar acordos comerciais em bloco (Frente Parlamentar Evangélica, 2018). Vê-se, a partir deste manifesto, que uma das principais bases de apoio institucional de Bolsonaro demonstrou interesse em alterações significativas no Mercosul com propostas liberalizantes, com destaque para a possibilidade de Estados-membros do Mercosul reduzirem sua interação com o bloco para firmar acordos comerciais.

O Mercosul foi abordado nos discursos de Bolsonaro, Paulo Guedes (Ministro da Economia) e Ernesto Araújo (quando Ministro das Relações Exteriores) frequentemente de forma a criticar a estrutura do bloco, demonstrando prioridade para a redução de barreiras econômicas e abertura comercial de outrora, ao passo em que procuravam se afastar da integração ampla.

Guedes afirmou, ainda em 2018, que o Mercosul era uma plataforma restrita demais para o projeto político do bolsonarismo, apontando ainda que o Mercosul, quando idealizado, foi totalmente ideológico (Agostine, Ramalho, 2018). Araújo, por sua vez, afirmou em discurso de 2019, já como chanceler, que o Mercosul havia sido desvirtuado e demonstrou interesse na retomada do projeto de ‘integração aberta’, como chamou o intuito original do bloco, baseado em uma maior abertura econômica na região (Araújo, 2019).

Nas palavras de Bolsonaro logo após a sua posse, em 2019, essa crítica apareceu juntamente com possibilidades de reconstrução do Mercosul, ao menos na forma como o ex-presidente



mencionou para a imprensa brasileira. Na ocasião, Bolsonaro criticou superficialmente a estrutura do bloco e tratou brevemente sobre as possibilidades de uma outra maneira de encarar o mecanismo de integração, declarando:

No plano interno, o Mercosul precisa valorizar sua tradição original. Abertura comercial, redução de barreiras, eliminação de burocracias. O propósito é construir um Mercosul enxuto, que continue a fazer sentido e ter relevância. Na frente externa, concordamos que é preciso concluir rapidamente as negociações mais promissoras e iniciar novas negociações, com criatividade e flexibilidade para recuperarmos o tempo perdido (BRASIL, 2019, s.p.).

No primeiro dos seus movimentos direcionados ao regionalismo, Bolsonaro impulsionou o Prosul³ ao lado de outros presidentes de direita da região (com destaque para Macri, da Argentina), uma iniciativa conjunta para demonstrar oposição à Unasul, que acusavam ser um mecanismo para a ideologia de esquerda na região (Marzui, 2019).

Por outro lado, pareceu haver, já no primeiro ano do governo Bolsonaro, a construção gradual de uma adequação entre o radicalismo das propostas de governo e o ‘pragmatismo’ na execução de política externa ainda em 2019. O então chanceler Ernesto Araújo foi questionado, quando em visita à Buenos Aires, sobre as discrepâncias entre o discurso mais radical de Bolsonaro durante a campanha e a postura pragmática adotada pelo Itamaraty e afirmou que durante a campanha existia um discurso mais genérico e, para a prática, o programa proposto seria adotado de maneira concreta (BRASIL, 2019). Mesmo Jair Bolsonaro, durante o primeiro ano de seu governo, parecia estar retrocedendo das possibilidades de ruptura e distanciamento abrupto, mas ainda citando a revisão de tarifas e regulações, dando ênfase para a facilitação de comércios (Brasil, 2019).

É importante considerar a condição de importância do Mercosul, também, para atores domésticos e grupos de interesse, o que dificultou ainda mais a execução de uma posição disruptiva do Brasil em relação ao bloco (Bressan, Menezes, Ribeiro, 2022). Como exemplo, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) publicou, em 2020, um documento intitulado “Impactos Jurídicos da Saída do Brasil no Mercosul”, no qual expunha entraves jurídicos de acordos comerciais e tratados assinados que viriam a prejudicar o Brasil em caso de saída do bloco (CNI, 2020).

³ Chamado de Foro para o Progresso da América do Sul e comumente associado ao papel de substituição da Unasul, da qual o governo de Jair Bolsonaro retirou o Brasil.



Dentre o que foi exposto no documento da CNI criticando o cenário de uma possível retirada do Brasil do Mercosul, estavam a perda de acesso a mercados com preferência, redução no volume de exportações e maior desgaste com renegociações de acordos assinados em bloco (CNI, 2020). Ainda, o documento destaca que a saída do Brasil do Mercosul afetaria outras áreas das trocas entre os países-membros pela forma como o bloco se estruturou ao longo do tempo, apresentando, portanto,

riscos de impactos negativos na economia e também na vida de parte da população dos países membros – como, por exemplo, questões de imigração e residência, acesso ao mercado de trabalho, documentação de viagem, transporte, normas técnicas e sanitárias a serem cumpridas para viabilizar a continuidade do comércio, dentre outras. (CNI, 2020, p. 54).

Faz-se importante, assim, assumir que discursos eleitoreiros e/ou radicais não refletem em totalidade naquilo que é praticado em temas de política externa, especialmente quando consideramos que o Mercosul possui uma estrutura complexa e sólida há mais de três décadas, ou mesmo na sustentação das ambições do país no longo prazo, visto que fatores externos e internos podem interferir nas decisões tomadas. Sendo assim, apesar das bravatas iniciais, é possível considerar que as visões do governo Bolsonaro para o Mercosul

oscilaram entre o flerte com uma possível saída do acordo regional (ecoando argumentos nacionalistas), passando pela retórica de que o Mercosul seria muito ideológico e voltando à velha e vaga proposta de flexibilização do acordo. Essa postura demonstra que o custo político para se retirar do acordo seria alto e enfrentaria resistência de parte do empresariado, setores da sociedade civil e do parlamento brasileiro, entre outros (Bressan, Menezes, Ribeiro, 2022)

Dessa forma, o governo Bolsonaro pareceu deixar de lado tendências de ruptura mais radicais mencionadas em alguns momentos de campanha e início de mandato, como a saída do Mercosul, mas ainda persistiu no viés utilitarista e comercial do bloco, reduzindo-o em importância em outras vertentes, como quando reduziu consideravelmente os aportes para o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul, representando o abandono brasileiro de questões como resolução de assimetrias regionais (Azzi, Frenkel, 2021).

Dentro daquilo que se manteve na perspectiva bolsonarista do Mercosul, a partir da adequação para um nível menos radical de propostas, estava ainda uma resistência à cooperação com o projeto regional e um maior alinhamento aos EUA, momento também marcado pelo



desgaste nas relações com a Argentina (Bessa, 2022), especialmente por conta da eleição do presidente Alberto Fernandez em dezembro de 2019, utilizada por Bolsonaro como razão para um afastamento entre os dois países (Fernandes, 2022).

Ainda que os avanços de Bolsonaro não tenham sido tão disruptivos, uma oposição à importância da integração regional e ao Mercosul se mantinha, ocasionando mudanças na estrutura do Ministério das Relações Exteriores, a partir das quais um afastamento do órgão da condução das relações exteriores foi promovido (Coletta, 2019). O governo Bolsonaro implementou alterações no topo do corpo diplomático e nas diretrizes acerca da condução da política externa do país, minimizando fatores tradicionais da mesma como a organização da América do Sul enquanto um espaço favorável ao Brasil e até mesmo parte da identidade nacional (Albuquerque, Saraiva, 2022).

Bressan, Menezes e Ribeiro (2021) entendem que ocorreu, durante o período Bolsonaro, uma mudança na visão de política externa e uma instrumentalização da mesma a partir do viés ideológico do bolsonarismo. Sendo assim, “houve retração e “negação” em relação às políticas regionais, culminando no desgaste brasileiro ao processo de integração do Mercosul” (Bressan, Menezes, Ribeiro, 2021, p. 49).

Dessa forma, vê-se que a visão bolsonarista acerca do Mercosul se inicia a partir de uma lógica de distanciamento e, em cenários mais radicais, uma ruptura com o bloco. Gradualmente, por conta da resistência que poderia ser encontrada com o afastamento total do Mercosul, a posição do governo Bolsonaro sobre o bloco é de uma reformulação e retorno ao caráter comercial original e liberalizante, criticando o mecanismo como um obstáculo para a inserção internacional brasileira.

Por ter Bolsonaro indicado preferência pelo distanciamento da integração ampla e redução da relevância do Mercosul para o Brasil, assim como uma maior aproximação do modelo original do bloco, serão analisados os documentos a respeito da participação brasileira e menções relevantes ao Brasil no bloco, dando ênfase aos arquivos do Ministérios das Relações Exteriores do Brasil, Presidência da República do Brasil e atas e comunicados oficiais do Mercosul.



A ATUAÇÃO DO GOVERNO BOLSONARO NO ÂMBITO DO MERCOSUL

Uma das primeiras menções importantes ao Brasil notadas nos documentos oficiais do Conselho do Mercado Comum (CMC) do Mercosul, em julho de 2019, diz respeito ao pedido de pagamento, para o novo governo, ainda em 2019, de dívidas do país acumuladas no Instituto Social do Mercosul. Tal fato reforça a noção de que o Mercosul já vinha sendo secundarizado na agenda internacional, ao menos no campo social, desde antes do governo Bolsonaro. Ao analisar as contribuições financeiras feitas pelos países ao Instituto Social do Mercosul, é possível perceber que o governo brasileiro acumulou dívidas com o órgão, deixando de injetar um total de mais de dois milhões de dólares, mais que o dobro de Argentina e Paraguai somados (Mercosul, 2019).

Ainda em julho de 2019, enquanto Bolsonaro contava com o apoio de Macri, então presidente da Argentina, os documentos de resultados do Mercosul relatam que foram aprovadas medidas voltadas ao livre comércio, reforma institucional do bloco e revisão da tarifa externa comum (Mercosul, 2019). No mesmo período, durante a LIV Cúpula do Mercosul, Bolsonaro discursou aos demais chefes de Estado e, entre menções positivas ao ex-presidente da Argentina, Macri, e ao presidente dos EUA, Trump, reforçou o discurso ideológico e reafirmou sua intenção de afastar a Venezuela da integração regional. Para além do reforço de sua visão ideológica, Bolsonaro tratou de temas técnicos do Mercosul a partir destas perspectivas, afirmando que o bloco deveria se concentrar em

negociações externas, aí com grande apoio do meu ministro das Relações Exteriores, no zelo das indicações das embaixadas, também sem mais o viés ideológico do passado e quem sabe um grande embaixador dos Estados Unidos brevemente. Então focamos nisso, a nossa tarifa externa comum e nossa reforma institucional. (Brasil, 2019: online)

Nessa oportunidade, Bolsonaro pareceu utilizar a Cúpula do Mercosul como plataforma para exposição da nova política externa brasileira (como foi chamada por Ernesto Araújo) e demonstrar os direcionamentos que seu governo passava a promover na esfera regional, em termos de convergência com os ideais liberais de outrora, assim como no andamento da política externa brasileira como um todo. Ainda no âmbito do Mercosul, Bolsonaro fez menção positiva ao projeto de liberalização do bloco promovido por Michel Temer (Brasil, 2019), dando a entender, em sua primeira participação como chefe de Estado do Mercosul, que pretendia exercer uma continuidade em relação ao seu antecessor.



O que chama atenção, porém, é a ênfase dada a uma suposta dicotomia entre essas reformas e aquilo que Bolsonaro chama, em dezembro de 2019 durante a LV Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, de retrocesso ideológico, o qual afirmava estar enfrentando com seu governo internamente (Brasil, 2019). O presidente, na ocasião, enfatizou ter pressa para executar as reformas e se opor à ‘ideologia’ no bloco, afirmando que “precisamos levar adiante as reformas que estão dando vitalidade ao Mercosul sem aceitar retrocessos ideológicos” (Brasil, 2019: online).

Durante o início da Presidência Pro Tempore (PPT) do Brasil no Mercosul, em 2019, a presidência brasileira para o bloco declarou possuir compromisso com a redução dos custos do mecanismo de integração e a retomada de sua vocação original para o regionalismo aberto (Brasil, 2019). Ernesto Araujo, de forma mais enfática, destacou que uma das propostas do período Bolsonaro para o Mercosul era retomar a integração aberta e que este modelo de integração estava diretamente ligado com os valores da política externa bolsonarista, e que o Brasil não permitiria que outras perspectivas afetassem a ‘nova’ ideia de integração regional brasileira para o Mercosul (Brasil, 2019).

Para o ministro, o Mercosul ‘verdadeiro’ era aquele reconcebido pelo governo Bolsonaro: uma plataforma negociadora de integração aberta e por uma maior abertura econômica. É interessante verificar que, de acordo com o chanceler Araújo, essa retomada da integração aberta teria que ser levada adiante mesmo que isso significasse um atrito com a Argentina, por conta da eleição de Alberto Fernandez com um perfil mais à esquerda (Brasil, 2019).

Se consolidava na vertente oficial da política externa brasileira, então, um direcionamento para o Mercosul em que as batalhas ideológicas do bolsonarismo se misturavam ao seu projeto de integração utilitarista e liberal. Ernesto Araújo, em 2020 no Paraguai, demonstrou estar convencido de que a antiga política externa brasileira para a integração ampla do Mercosul era parte de um ciclo político de esquerda contra a ‘liberdade’ do país e pela dominação ideológica do continente que supostamente pretendia, entre outros, corromper os valores, a família e noções de direitos humanos através do controle do estado (Brasil, 2020).

O chanceler colocou ainda que, com a eleição de Bolsonaro, ao alcançar a ‘liberdade’ em nível nacional, o Brasil iria alcançar, por consequência, a liberdade política em âmbito internacional.



Nota-se que as relações internacionais sul-americanas, e especificamente o Mercosul, são âmbitos nos quais o Brasil pretendia se desvencilhar dos adversários do bolsonarismo e, à época, construir um

MERCOSUR tan entusiasmado y dinámico y que sigue entusiasmado y dinámico ahora bajo la presidencia paraguaya, algo que es tan fundamental para nosotros y que nos permite volver a esos sueños del comienzo de la década de 90, de un MERCOSUR como un proyecto basado en el libre comercio, en la integración abierta y en la democracia. (Brasil, 2020: online)

A Secretaria de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas do Itamaraty, também em 2020, demonstrou em relatório de gestão que a política externa do Brasil para o Mercosul seguiu o que havia sido proposto por Bolsonaro e Araújo, mencionando o ‘enxugamento’ do bloco. No documento, afirmou-se que o Brasil, através do Ministério das Relações Exteriores,

continuou a impulsionar a agenda de modernização do MERCOSUL, com ênfase na negociação de acordos comerciais com parceiros externos, no fortalecimento do arcabouço econômico-comercial do bloco, inclusive a revisão da Tarifa Externa Comum (...). Também foi dado prosseguimento aos esforços de enxugamento e racionalização do MERCOSUL (Ministério das Relações Exteriores, 2020: online).

Alguns pontos da participação de Jair Bolsonaro na LVII Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados realçaram o que havia se tornado o projeto de Mercosul para o Brasil. Para Bolsonaro, que na oportunidade citou como avanços do Mercosul apenas a reestruturação do bloco e poucos temas voltados ao livre comércio, o retorno do Mercosul aos seus princípios originais de integração aberta significava uma plataforma de apoio para um projeto de reestruturação, também, do próprio Estado brasileiro, mencionando ainda princípios, valores, ‘liberdade’ e ‘democracia’ (Bolsonaro, 2020), fatores constantemente mobilizados por Bolsonaro e Araújo sobre o processo de “desideologização” da política (externa) brasileira.

O ideal de Bolsonaro e Araújo para a integração regional, além de reduzir esforços para outros âmbitos do Mercosul que não o comercial, foi caracterizado por ter como essencial a flexibilização das normas para acordos comerciais com parceiros externos ao bloco e reduzir a relevância de contato com o Mercosul. Para essa fase da política externa brasileira, que durou até 2021 sem grandes contrapesos, pode-se argumentar que o Mercosul foi reduzido a um meio de impulsionar acordos de livre comércio (Albuquerque, Saraiva, 2022).



O período de Araújo enquanto chanceler, até março de 2021, por sua proximidade com os ideais de Bolsonaro, representou uma mudança na presença internacional do Brasil para a região, especialmente para o Mercosul, demonstrando uma visão muito marcada pela ala ideológica do governo Bolsonaro. Por outro lado, a política externa orientada pela ideologia conservadora de Araújo e Bolsonaro encontrou forte atrito com uma ala mais pragmática do Itamaraty e com o Senado, resultando no enfraquecimento político e queda do ministro. Assim, Carlos França assumiu o cargo de chanceler para reduzir o peso que o discurso conservador e antiglobalista assumiu na política externa brasileira (Albuquerque, Saraiva, 2022).

Considerando essa minimização da força do conservadorismo para a inserção internacional brasileira, a partir de 2021, e uma abordagem mais pragmática do Itamaraty, entende-se que a proposta era a redução de atritos com parceiros externos e um retorno à normalidade (Albuquerque, Saraiva, 2022). Ainda assim, o retorno ao projeto liberal do Mercosul e o esvaziamento da relevância ampla do bloco para o Brasil não faziam, ao menos em um primeiro momento, parte do que seria reconsiderado no novo período do Itamaraty sob Carlos França.

Em seu discurso de posse, França citou o Mercosul apenas uma vez e com nenhum detalhe, apesar de fazer menções positivas ao multilateralismo e à cooperação com parceiros regionais, especialmente a Argentina, no âmbito do bloco regional (Brasil, 2021).

Durante o início do período de Carlos França como chefe do Itamaraty, que coincidiu com a presidência pro tempore da Argentina no Mercosul, Bolsonaro aumentou o tom de descontentamento quanto ao bloco, visto que as reformas liberalizantes não se mostraram tão efetivas quanto propunha o governo brasileiro. Durante a LVIII Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, organizada pela presidência pro tempore argentina em julho de 2021, Bolsonaro afirmou que o Mercosul era sinônimo de ineficiência, desperdício de oportunidades e restrições comerciais (Brasil, 2021). Para o ex-presidente,

o semestre que se encerrou deixou de corresponder às expectativas e necessidades de modernização do Mercosul. Devíamos ter apresentado resultados concretos nos dois temas que mais mobilizaram nossos esforços recentes: a revisão da Tarifa Externa Comum e a adoção de flexibilidades para as negociações de acordos comerciais com parceiros externos. (Brasil, 2021: online)



Bolsonaro também criticou diretamente a PPT da Argentina e o presidente deste país, Alberto Fernández, por não acompanhar as propostas do Brasil por reformas no Mercosul, especialmente envolvendo a flexibilização e redução radical de tarifas, e atribuiu isso ao que chamou, mais uma vez, de “viés ideológico” e uma visão arcaica sobre o mecanismo de integração (Folha de S. Paulo, 2021). Neste período, se tornava mais clara a posição brasileira para o Mercosul, em seu contraste com o que propunham os argentinos, visto que

Enquanto o governo de Alberto Fernández convoca a fortalecer a institucionalidade e os vínculos econômicos entre os membros do bloco, o governo brasileiro busca um Mercosul reduzido a sua expressão mínima e propõe diminuir a tarifa externa comum, revogar a norma que impede de comercializar individualmente com outros países e conduzir uma reforma institucional que minimize a estrutura do organismo. (Frenkel, Azzi, 2021, p. 134)

O descontentamento anunciado por Bolsonaro foi o mesmo do chanceler Carlos França, na Sessão do Conselho do Mercado Comum, um dia antes do Brasil assumir a presidência pro tempore do bloco, também em julho de 2021. Apesar de tratar de outros âmbitos da integração regional, como direitos humanos, educação e cultura, traços de sua postura mais pragmática enquanto chanceler, França reforçou a insatisfação do governo brasileiro com o Mercosul. Na ocasião, afirmou que, apesar de alguns avanços, não houve “consenso em dois temas que mais concentraram nossa atenção ao longo dos últimos meses: a revisão da Tarifa Externa Comum e as chamadas “flexibilidades” nas negociações de acordos comerciais com parceiros externos.” (Brasil, 2021: online).

O ministro comunicou aos outros representantes presentes na sessão que a visão brasileira acerca do Mercosul era sustentada pelo argumento de que não seria necessária uma convergência no momento presente das negociações comerciais, desde que isso ocorresse no futuro (Brasil, 2021). Para França, seria então necessário implementar esforços, durante a presidência brasileira do bloco, para alcançar uma

maior flexibilidade em nossos modos de negociar acordos comerciais. Precisamos, portanto, de uma solução capaz de angariar apoio de todos os estados partes, ancorada no princípio de que os sócios do Mercosul podem ter diferentes níveis de ambição e ritmos nas negociações, desde que no futuro todos acabem convergindo, ainda que em tempos diferentes, para o mesmo resultado. (Brasil, 2021: online).



Para além disso, o ex-chanceler mencionou positivamente os esforços pela reforma do bloco e por uma readequação do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos e do Instituto Social do MERCOSUL (Brasil, 2021). Apesar de não haver utilizado termos fortes como os de seu antecessor, optando por não falar de ‘enxugamento’ da estrutura ou mesmo ‘racionalização’, por exemplo, Carlos França citou a restrição financeira do Mercosul como um dos motivos para a PPT brasileira pretender adequar o bloco de forma a diminuir seus gastos (Brasil, 2021).

A presidência pro tempore brasileira para o Mercosul nos seis meses que seguiram, segundo Carlos França, organizou eventos oficiais que, apesar de atingir áreas diversas do bloco, como saúde e infraestrutura, deram destaque para três parâmetros: atualização das regras e instituições do Mercosul, liberalização do bloco e articulação de esforços (Brasil, 2021). O ex-chanceler também mencionou, dentre as realizações da PPT brasileira, que foi organizado internamente um encontro sobre o Mercosul com a participação de Fernando Collor, que assinou o tratado de Assunção em 1991 (Brasil, 2001), e outras autoridades brasileiras do período, resultando em uma avaliação também a favor da flexibilização do bloco (Agência Senado, 2021).

Durante o seu primeiro ano em atividade, então, Carlos França seguiu a utilizar o espaço oficial do Brasil no Mercosul para promover a urgência de uma maior liberalização do bloco, com a flexibilização das regras de convergência entre o Brasil e os demais países-membros, principalmente com o intuito de negociar acordos comerciais com menor participação do bloco no processo.

Em 2022, durante o último ano do mandato de Jair Bolsonaro, o tom descontente e pedindo por um redirecionamento do Mercosul rumo ao regionalismo aberto se manteve, especialmente por parte de Carlos França. No Paraguai, em julho de 2022, durante a LX Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum com Estados Partes e Bolívia, Carlos França defendeu a proposta do governo Bolsonaro para o Mercosul afirmando que “Em sua origem, o MERCOSUL foi caracterizado pelo regionalismo aberto (...) E é nesse sentido que atualmente buscamos direcionar o bloco” (Brasil, 2022: online)

Ainda assim, Bolsonaro deixou de participar do mesmo evento, enviando apenas um vídeo para ser exibido no turno brasileiro (Folha de S. Paulo, 2022). Neste, o ex-presidente discursou por



aproximadamente cinco minutos e, de forma vazia, pediu por uma revisão tarifária e anunciou medidas tomadas internamente no país (Poder 360, 2022).

Em clima de campanha eleitoral, o presidente pareceu se afastar ainda mais da visão de Mercosul do seu opositor e candidato, Luís Inácio Lula Da Silva que, pouco tempo antes, havia lançado sua candidatura prometendo fortalecer o Mercosul e a integração regional (Folha de S. Paulo, 2022).

Pelo restante de 2022, Bolsonaro deixou ainda mais de lado o Mercosul, não participando da Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados em dezembro de 2022 no Uruguai, por exemplo, no que seria seu último compromisso internacional como presidente (Moreira, 2022). Essa postura demonstra a menor relevância que o bloco assumiu durante seu governo, assim como a própria noção de integração regional, já que os países vizinhos, em especial a Argentina de Fernández, se opunham ao projeto de liberalização do Mercosul proposto por Bolsonaro (Frenkel, Azzi, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi analisado nesta pesquisa, vê-se que o governo Bolsonaro entendeu o Mercosul como um projeto ideologicamente ligado ao seu grupo de adversários políticos e afastado da sua vocação original predominante, que seria a integração aberta com fins de livre comércio.

Inicialmente, Jair Bolsonaro demonstrou interesse em medidas de ruptura ou maior afastamento do Mercosul, porém, essa posição se ajustou gradualmente a criticar o bloco e propor mudanças liberalizantes no mesmo, como redução da tarifa externa comum e menor influência do mecanismo de integração nas relações internacionais brasileiras, sobretudo economicamente.

Pode-se notar que, mesmo após o conflito entre uma ala menos ideologizada do Itamaraty e o primeiro chanceler de Bolsonaro, tanto Araújo quanto França desenvolveram críticas similares ao Mercosul e afirmaram em diversas oportunidades o interesse em reformas no bloco similares às aquelas expostas pelo ex-presidente da república, com ênfase para o livre comércio e negociação bilateral de acordos comerciais.



De forma geral, pode-se dizer que a política externa brasileira sob Bolsonaro colocou o bloco em um patamar de menor relevância, quando muito apenas mantendo uma visão utilitarista sobre o Mercosul, ainda que essa secundarização do Mercosul na política externa brasileira não tenha sido iniciada no governo Bolsonaro, mas aprofundada de forma considerável pelo ex-presidente.

É viável questionar, a partir das reflexões trazidas neste artigo, qual o real grau de influência do presidente na condução da política externa brasileira e, mais importante, qual o papel do Brasil na integração regional sul-americana, a partir do Mercosul, no momento político pós-Bolsonaro.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agostine, C.; Ramalho, A. (2018). 'Paulo Guedes diz que Mercosul não é prioridade de Bolsonaro'. O Globo, [s.l.], 28 out. Valor. Disponível em: <http://glo.bo/3V9XYxk>. (Acesso em: 14 jan. 2025).

Albuquerque, M. (2022). 'Bolsonaro não deve ir para cúpula do Mercosul e vai enviar Mourão'. Correio Braziliense, 5 dez.. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/12/5056775-bolsonaro-nao-deve-ir-para-cupula-do-Mercosul-e-vai-enviar-mourao.html>. (Acesso em: 06 fev. 2025).

Araújo, E. (2020). A nova política externa brasileira: seleção de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores – 2019. Brasília: FUNAG. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1057>. (Acesso em: 16 jan. 2025).

Azzi, D.; Frenkel, A. (2020). 'Jair Bolsonaro e a desintegração da América do Sul: um parêntese?'. Nueva Sociedad, n. 291. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/Jair-Bolsonaro-desintegracao-America-Sul/>. (Acesso em: 13 fev. 2025).

Bessa, P. H. S. (2022). O ressurgimento do anticomunismo na política externa brasileira e a ruptura institucional durante o governo de Jair Messias Bolsonaro. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. (2021). Discurso de posse do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Alberto Franco França – Brasília, 06 abr.. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes->



exteriores/discursos-mre/carlos-alberto-franco-franca/discurso-de-posse-do-senhor-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-embaxador-carlos-alberto-franco-franca-2013-brasilia-06-04-2021. (Acesso em: 28 jan. 2025).

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. (2019). Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Sessão Plenária dos Chefes de Estado durante a LIV Cúpula do MERCOSUL - Santa Fé, Argentina, 17 jul.. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/jair-messias-bolsonaro-2019-2022/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-cupula-Mercosul-santa-fe-argentina-17-7-2019>. (Acesso em: 23 jan. 2025).

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. (2021). Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da LVIII Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados (videoconferência) - Palácio do Planalto, 08 jul.. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/jair-messias-bolsonaro-2019-2022/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-lviii-cupula-de-chefes-de-estado-do-Mercosul-e-estados-associados-videoconferencia-palacio-do-planalto>. (Acesso em: 24 jan. 2025).

Brasil. Presidência da República. (2019). Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a abertura da Reunião Plenária da LV Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados - Bento Gonçalves/RS. Biblioteca da Presidência da República, 5 dezembro. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-a->



abertura-da-reuniao-plenaria-da-lv-cupula-de-chefes-de-estado-do-Mercosul-e-estados-associados-bento-goncalves-rs. (Acesso em: 22 jan. 2025).

Brasil. Presidência da República. (2020). Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na LVII Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados (videoconferência) - Palácio do Planalto. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-lvii-cupula-de-chefes-de-estado-do-Mercosul-e-estados-associados-videoconferencia-palacio-do-planalto>. (Acesso em: 26 jan. 2025).

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. (2021). Discurso do Senhor Ministro de Estado na Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/carlos-alberto-franco-franca/discurso-do-senhor-ministro-de-estado-na-reuniao-ordinaria-do-conselho-do-mercado-comum>. (Acesso em: 28 jan. 2025).

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. (2021). Intervenção do Senhor Ministro de Estado por ocasião da Reunião Ordinária do CMC com Estados Partes e Bolívia - Brasília, 07 julho. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/carlos-alberto-franco-franca/intervencao-do-senhor-ministro-de-estado-por-ocasio-da-reuniao-ordinaria-do-cmc-com-estados-partes-e-bolivia-brasilia-07-07-2021>. (Acesso em: 29 jan. 2025).



Brasil. Ministério das Relações Exteriores. (2022). Intervenção do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores na LX Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC) com Estados Partes e Bolívia - Assunção, 20 de julho. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/carlos-alberto-franco-franca/intervencao-do-senhor-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-na-lx-reuniao-ordinaria-do-conselho-do-mercado-comum-cmc-com-estados-partes-e-bolivia-assuncao-20-de-julho-de-2022>. (Acesso em: 29 jan. 2025).

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. (2019). Nota à Imprensa nº 11/2019. Declaração conjunta emitida por ocasião da visita de trabalho ao Brasil do presidente da Nação Argentina, Mauricio Macri – Brasília, 16 de janeiro. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-conjunta-emitida-por-ocasio-a-visita-de-trabalho-ao-brasil-do-presidente-da-nacao-argentina-mauricio-macri-brasilia-16-de-janeiro-de-2019. (Acesso em: 14 jan. 2025).

Brasil. Ministério das Relações Exteriores (2019). Os primeiros avanços da nova política externa. Valor Econômico, 08 maio. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/artigos-mre/ernesto-araujo-2019-2021/os-primeiros-avancos-da-nova-politica-externa-valor-economico-08-05-2019>. (Acesso em: 16 jan. 2025).

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. (2020). Resenha de Política Exterior do Brasil, nº 125, 2º semestre de 2019. Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/biblioteca/resenhas-de-politica-externa-do-brasil/resenha-n-125-segundo-semester-2019.pdf>. (Acesso em: 22 jan. 2025).



Brasil. Presidência da República (2016 - : Michel Temer). Mensagem ao Congresso Nacional, 2017: 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura. Brasília: Presidência da República, 2017. (Documentos da Presidência da República). Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-deconteudo/biblioteca-da-pr/galeria-dos-ex-presidentes/michel-miguel-elias-temer-lulia/mensagenspresidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-2017.pdf/view>. (Acesso em: 14 jan. 2025).

Briceño-Ruiz, J. (2021). O auge e a crise do "novo Mercosul" no período pós-hegemônico (2003-2016). *Lua Nova*, São Paulo, n. 112, p. 55-86. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/mRTdjNsTKgq3ZpSV9zL5wHm/?format=pdf>. (Acesso em: 18 jan. 2025).

Bressan, R.; Menezes, R.; Ribeiro, A. (2021). 'Aos trancos e barrancos: o Mercosul na política externa brasileira (2015-2021)'. *Brazilian Journal of International Relations*, 10(1). Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/12549>. (Acesso em: 26 jan. 2025).

Cason, J.; Burrell, J. (2002). 'Turning the tables: state and society in South America's economic integration'. *Polity*, 34(4). Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3235413>. (Acesso em: 18 fev. 2025).

Cason, J.; Power, T. (2009). 'Presidentialization, pluralization, and the rollback of Itamaraty: explaining change in Brazilian foreign policy making in the Cardoso-Lula era'. *International Political Science Review*, março. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0192512109102432>. (Acesso em: 14 fev. 2025).



Cervo, A. (2001). *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. 1. ed. São Paulo: Saraiva. Disponível em: *Relações Internacionais da América Latina*. (Acesso em: 21 jan. 2025).

Cervo, A. L.; Lessa, A. C. (2014). 'O declínio: inserção internacional do Brasil (2011–2014)'. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 57(2), p. 133-151. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/CKYGvYXfKP6GvwydF8WLqPF/?format=pdf&lang=pt>. (Acesso em: 22 jan. 2025).

Coletta, R. D. (2019). Ernesto Araújo exclui curso sobre América Latina de formação de diplomatas. *Folha de São Paulo*, 16 fevereiro. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/02/chanceler-exclui-curso-sobre-america-latina-de-formacao-de-diplomatas.shtml>. (Acesso em 24 jan. 2025).

Confederação Nacional Da Indústria. (2020). *Impactos jurídicos da saída do Brasil do MERCOSUL*. Brasília: CNI. Disponível em: https://fieig.com.br/repositoriosites/repositorio/portalfieg/editor/Image/cni_Mercosul_impactos_saida.pdf. (Acesso em: 26 jan. 2025).

Congresso em Foco. (2016). *Presidenciável do PSC, Bolsonaro convoca população para manifestações*. Brasília, 10 março. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/presidenciavel-do-psc-bolsonaro-convoca-populacao-para-manifestacoes/>. (Acesso em: 23 jan. 2025).



Cornetet, J. M. C. (2014). A' política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade'. *Conjuntura Austral*, 5(24), p. 111–150. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/47628>. (Acesso em: 16 jan. 2025).

De Jesus, Diego. (2014). 'The benign multipolarity: Brazilian foreign policy under Dilma Rousseff'. *Journal of International Relations and Foreign Policy*, 2(1). Disponível em: https://jirfp.thebrpi.org/journals/jirfp/Vol_2_No_1_March_2014/2.pdf. (Acesso em: 16 jan. 2025).

Fernandes, T. V. (2022). 'Aproximação e distanciamento na política externa de Bolsonaro para a Argentina no Mercosul'. *Fronteira: Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais*, 21(42), p. 159.

Folha de S.Paulo. (2022). Bolsonaro diz que não vai à reunião de cúpula do Mercosul no Paraguai. 14 jul.. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/07/bolsonaro-diz-que-nao-vai-a-reuniao-de-cupula-do-Mercosul-no-paraguai.shtml>. (Acesso em: 05 fev. 2025).

Folha de S.Paulo. (2021). Bolsonaro e presidente argentino se desentendem em reunião do Mercosul. 8 jul.. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/bolsonaro-e-presidente-argentino-se-desentendem-sobre-flexibilizacao-em-reuniao-do-Mercosul.shtml>. (Acesso em: 03 fev. 2025).

Frente Parlamentar Evangélica. 92018). Manifesto À Nação. Outubro. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2018/10/Manifesto-a-Nacao-frente-evangelica-outubro2018.pdf>. (Acesso em: 19 jan. 2025).



Fuccille, A.; Luciano, B. T.; Bressan, R. N. (2021). 'Para além do comércio: Mercosul, democracia e segurança regional'. *Lua Nova*, São Paulo, v. 112, p. 217–250. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-217250/112>. (Acesso em: 22 out. 2025).

Giacaglia, C.; Vadell, J. A. (2020). 'El rol de Brasil en el regionalismo latinoamericano: la apuesta por una inserción internacional solitaria y unilateral'. *Foro Internacional*, 60(3), p. 1041-1080. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-013X2020000301041. (Acesso em: 12 fev. 2025).

Granato, L.; Uberti, G. (2022). 'Mercosul e regionalismo aberto nos governos Temer e Bolsonaro: uma análise dos planos nacionais de desenvolvimento'. *Revista Aportes para la Integración Latinoamericana*, n. 46. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/247226>. (Acesso em: 18 fev. 2025).

Instituto Social del Mercosur. (2019). Informe semestral de gestión. Enero-junio. Disponível em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/docinformativos/73824_CMC_2019_ACTA01_ANE08_ES_Informe%20ISM.pdf. (Acesso em: 23 jan. 2025).

Instituto Social Do Mercosul. (2019). XXXII Reunião do Conselho do Instituto Social do Mercosul. Mercosul/CISM/Nº 01/2019. Disponível em: https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/74599_CISM_2019_ACTA01_PT.pdf. (Acesso em: 23 jan. 2025).

Junqueira, C.; Neves, B.; Souza, L. (2020). 'Regionalismo sul-americano nos anos 2020: o que esperar em meio às instabilidades políticas?', *Revista Tempo do Mundo*, n. 23. Disponível em:



https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/13427/1/Tempo_Mundo_n23_Artigo4_regionalismo_sulamericano_anos.pdf. (Acesso em: 20 fev. 2025).

Keohane, R.; Nye, J. (1977). *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston: Little Brown.

Folha de São Paulo. (2003). Leia a íntegra do Consenso de Buenos Aires. [s.l.], 18 out.. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u54487.shtml>. (Acesso em: 14 jan. 2025).

Folha de S.Paulo. LEIA A ÍNTEGRA E VEJA VÍDEO DE LULA AO LANÇAR PRÉ-CANDIDATURA. 7 mai. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/leia-a-integra-do-discurso-de-lula-ao-lancar-pre-candidatura.shtml>. Acesso em: 13 fev. 2025.

Agência Senado. (2021). Liberdade de negociar acordos com outros países favorece consolidação do Mercosul, avaliam debatedores. 23 abr.. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/23/liberdade-de-negociar-acordos-com-outros-paises-favorece-consolidacao-do-Mercosul-avaliam-debatedores>. (Acesso em: 14 fev. 2025).

Malamud, A. (2021). 'Conceptos, teorías y debates sobre la integración regional / Concepts, theories and debates on regional integration. *Brazilian Journal of International Relations*', Marília, SP, 1(3), p. 366–389. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/2763>. (Acesso em: 24 fev. 2025).



Malamud, A. (2003). "Presidentialism and Mercosur: A Hidden Cause for a Successful Experience". In: LAURSEN, F. (Ed.). *Comparative Regional Integration: Theoretical Perspectives*. Aldershot: Ashgate. p. 53-73.

Martins, J. R. V. (2014). "Mercosul: a dimensão social e participativa da integração regional". In: DESIDERÁ NETO, W. A (org.). *O Brasil e novas dimensões da integração regional*. Rio de Janeiro: Ipea.

Marzui, G. (2019). 'No aniversário, Bolsonaro viaja ao Chile para discutir criação do Prosul com líderes sul-americanos'. G1: Brasília, 21.mar.. Disponível em: <http://glo.bo/2Ct2iSw>. (Acesso em: 20 jan. 2025).

Moreira, R. (2022). 'Bolsonaro não vai a último compromisso internacional que teria como presidente'. CNN Brasil, 1 dez.. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-nao-vai-a-ultimo-compromisso-internacional-que-teria-como-presidente/>. (Acesso em: 17 jan. 2025).

Onuki, J. (1999). 'Para onde caminha o Mercosul?'. *Revista Múltipla (UPIS)*, Brasília, DF, 4(6), 1999.

Poder360. 2022b. Ao vivo: Bolsonaro falta à reunião do Mercosul e envia vídeo [21:30-25:00]. [S.l.], 21 julho. Disponível em: <https://youtu.be/Vi5wbgF33ns>. (Acesso em: 13 fev. 2025).

Saraiva, M. G. (2010). 'A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas'. *Mural Internacional*, 1(1). Disponível em:



<https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/5285/3883>. (Acesso em: 14 fev. 2025).

Salomón, M.; Pinheiro, L. (2013). 'Análise de política externa e política externa brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos'. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 56(1), p. 40–59,.

Saraiva, M. G.; Albuquerque, F. L. (2022). 'Como mudar uma política externa?'. *Brazilian Journal of International Affairs*, n. 1. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/13/como-mudar-uma-politica-externa>. (Acesso em: 15 fev. 2025).

Saraiva, M. G. (2022). 'A política externa brasileira mudou com o novo chanceler?'. *Latinoamérica 21*. [S. l.], 13 ago..

Tribunal Superior Eleitoral (Brasil). (2018). *O caminho da prosperidade: Proposta de Plano de Governo*. Brasília. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. (Acesso em: 22 jan. 2025).

Vázquez, M. (2018). *O Mercosul de Bolsonaro e Macri ou o Mercosul das três renúncias*. Bordes: Revista de Política, Direito e Sociedade. Buenos Aires, dez.. Disponível em: <https://revistabordes.unpaz.edu.ar/el-mercosur-de-bolsonaro-y-macri-o-el-mercosur-de-las-tres-renuncias/>. (Acesso em: 24 jan. 2025).

